

O CONTROLE DE POLÍTICAS SOB A EDUCAÇÃO NO BRASIL

Valkênia Kuirly Gomes de Souto¹; Karen Ohana Sousa Bastos²; Vagda Gutemberg Gonçalves Rocha³;

¹Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba – souto.valkenia@gmail.com

²Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba – karenbaastos@hotmail.com

³Professora Dr. Do curso de Pedagogia na Universidade Estadual da Paraíba- vagdarocha1@hotmail.com

Resumo: Com o intuito de mostrar os conhecimentos acerca das políticas que são propostas para a educação brasileira, se faz presente nesse artigo as questões que cingem sobre a educação brasileira, como também a Base Nacional Comum Curricular, a qual define todo o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagem que é fundamental para que todos os alunos se desenvolvam durante a Educação Básica. Objetivamos também apontar as dificuldades e os problemas que são gerados a partir do currículo nacional que é imposto para todas escolas brasileiras e as políticas em geral que regem atualmente o nosso país e se aplicam a educação brasileira, bem como as metas que são impostas aos professores, pela gestão, que por sua vez tem que responder ao sistema em geral. Finalizando com a desvalorização do ensino público, nos últimos anos, e os desgastes que a mesma causam ao sistema e as parcerias público-privado que através de diversos programas de incentivo transferem os alunos da escola pública, para as escolas privadas, tal qual a privatização de instituições públicas.

Palavras-chave: Políticas. Educação. Currículo. Público.

Introdução

Este trabalho surgiu a partir de uma pesquisa bibliográfica que objetivou esclarecer e explicar, como também mostrar os erros políticos que ocorrem através do controle de políticas sob a educação. Para que todos tenham a sua disposição um ensino de qualidade surgem as políticas educacionais, presentes na legislação brasileira, que prega uma educação acessível à todos, mas como percebemos, esses discursos nem sempre são realistas. O processo educativo é constante, ele nunca estará completo, pois a cada dia nós nos reinventamos, assim como os processos e a forma de ensino. As tomadas de decisões acerca de como deve ocorrer o ensino são definidas por pessoas que não estão inseridas no âmbito escolar, sem saber quais são as reais necessidades do mesmo.

Metodologia

O presente artigo foi construído a partir de uma pesquisa bibliográfica, com o intuito de discutir sobre as políticas nacionais que regem a educação brasileira, assim como os problemas que são causados devido a desvalorização do ensino público e as parcerias que o ensino público e privado provocam na educação brasileira.

Política e Educação

Para que ocorra um funcionamento adequado na educação é preciso que políticas educativas sejam aplicadas, desta forma o Estado, como poder público, toma decisões que afetam a educação, seja de forma positiva, atendendo as demandas da educação, ou negativamente, colocando empecilhos para que haja um pleno funcionamento da mesma.

As políticas educacionais de certa forma controlam toda educação, por vezes limitando o trabalho do professor, já que é preciso atender a certas medidas, que nem sempre são benéficas para a educação de uma determinada instituição, tendo em vista que cada instituição tem uma forma de funcionar para melhor adequação e compreensão de todos que usufruem desta.

Pode-se colocar como um problema do sistemático a falta de conhecimento do poder público para com a escola, pois aqueles que tomam as medidas e decisões referentes a educação não fazem parte do convívio escolar, principalmente dentro da sala de aula. Como não se conhece a realidade em que as escolas se encontram, as decisões a respeito da educação são tomadas de forma generalizada, não atendendo com isso os problemas e questionamentos específicos da maioria das instituições.

Em nossa realidade vemos diversas provas utilizadas para medir o nível de aprendizagem dos alunos, assim como metas a serem alcançadas pela escola, alunos, professores e demais profissionais ligados a educação. Os professores se preocupam com os futuros resultados, mas por outro lado seu trabalho é limitado ao que as instituições podem oferecer, em relação aos recursos metodológicos ou apoio técnico, mediante isso os resultados das provas nem sempre é o almejado e as metas que foram postas por vezes acabam sendo prorrogados. Se formos pensar essa não é a melhor maneira de solucionar um problema educacional, o que precisamos é de medidas que permitam mudar a situação das instituições e valorizar o trabalho do professor, como Saviani (2008, p.16) relata:

[...] o que cabe ao Estado fazer é equipar adequadamente as escolas e dotá-las de professores com formação obtida em cursos de longa duração, com salários gratificantes, compatíveis com seu alto valor social. Isso permitirá transformar as escolas em ambientes estimulantes, nos quais as crianças, nelas permanecendo em jornada de tempo integral, não terão como fracassar; não terão como não aprender. Seu êxito será resultado de um trabalho pedagógico desenvolvido seriamente, próprio de profissionais bem preparados e que acreditam na relevância do papel que desempenham na sociedade, sendo remunerados à altura de sua importância social.

Além das políticas educacionais a educação ainda é guiada pela Base Curricular Comum, que diferente do que muitos pensam não dita os conteúdos a serem ministrados, mas se apresentam como diretrizes para educação, norteadoras do currículo das escolas, mostrando o eixo que se precisa ensinar, para que então os professores organizem os conteúdos do ano letivo. A Base Curricular Comum apresenta-se como uma “vantagem”, pois o ensino será “universalizado”. Desta forma se um aluno muda de escola, ou até mesmo de cidade ele não terá muitos prejuízos quanto ao que foi ensinado, pois as noções educacionais serão as mesmas de escola para escola.

Lopes (2004, p. 110-111) fala que:

Se por um lado o currículo assume o foco central da reforma, por outro as escolas são limitadas à sua capacidade, ou não, de implementar adequadamente as orientações curriculares oficiais. O currículo oficial, com isso, assume um enfoque sobretudo prescritivo. Por vezes o meio educacional se mostra refém dessa armadilha e se envolve no seguinte debate: os dirigentes questionam as escolas por não seguirem devidamente as políticas oficiais, e os educadores criticam o governo por produzir políticas que as escolas não conseguem implantar.

Como foi relatado anteriormente as políticas oficiais implementadas não condizem com a realidade e a necessidade de tal instituição. Cada lugar possui sua particularidade, o nosso país, região, estado, cidade e até mesmo as escolas. Tenta-se construir/implementar um currículo unitário, mas na maioria das vezes, devido as diversas singularidades existentes, este currículo fica oculto, tendo em vista que não se consegue cumprir com as metas estabelecidas por tais políticas.

Ouve-se muito sobre a educação ser direito de todos e dever do Estado, mas os “todos” desta frase pode ser um meio de tirar a especificidade de um indivíduo, ela se mostra como uma palavra que expressa que todos estão recebendo a mesma educação, mas é preciso pensar na absorção, refletir se todos estão conseguindo captar o conteúdo da maneira adequada para seu desenvolvimento escolar. É claro que o direito a educação deve ser de todos, mas no âmbito educacional não se pode tratar a educação de forma universalizada, pois cada sujeito tem suas particularidades e suas limitações, desta forma cada estudante deve ser trabalhado de forma individual, para atender as suas necessidades, se assim houverem, mas devido as limitações que cada instituição possui é um trabalho difícil de ser realizado.

O professor quando se vê diante das políticas e diretrizes que rodeiam seu trabalho, realiza o mesmo de uma forma mecânica, partindo para a técnica, pois o que é posto precisa ser aplicado, para que as metas que são postas sejam alcançadas. Em seu trabalho há muitas cobranças, por parte da gestão escolar, para que os resultados nos testes submetidos a instituição sejam positivos. Desta



forma o olhar da sociedade para a instituição será diferente havendo boa publicidade, tanto quanto do próprio poder público, que geralmente age como um fiscalizador do trabalho do professor, procurando saber o que e como está sendo realizado o seu trabalho com os educandos, mas que por muitas vezes a “burocracia” não traz é um acompanhamento para saber o que o profissional precisa para cumprir, o que é posto para ele, e muito menos uma formação continuada adequada para atender à todas as demandas. Quando estas formações acontecem elas podem servir para que o profissional possa trabalhar de acordo com os interesses políticos, regulando com isso as ações do empregado, não atendendo aos reais objetivos educacionais.

Macedo (2015, p. 903) fala que “...há, no currículo, como em toda prática de significação, um desejo de controle, uma redução de uma infinidade de sentidos àqueles tornados possíveis pelos jogos de poder”, desta forma, podemos perceber que a regulação está presente do cotidiano dos profissionais da educação, mas os mesmos ainda tentam e muitas vezes conseguem superar todas as dificuldades existentes no seu trabalho, disponibilizando assim para seus alunos o melhor que ele pode oferecer. Estes professores que realizam seu trabalho da melhor forma possível, são muitas vezes criticados, questionados, mas são os mesmos que conseguem atingir ou até ultrapassar as metas que foram postas à eles, seja elas da instituição ou do poder público.

É preciso envolver as pessoas que participam cotidianamente no âmbito educacional, como alunos, professores, pais de alunos, gestores, para que as formulações de políticas sejam coniventes a realidade educacional em que se vive, diante disso temos Hofling (2001, p. 39) falando a respeito das políticas educacionais:

Pensando em política educacional, ações pontuais voltadas para maior eficiência e eficácia do processo de aprendizagem, da gestão escolar e da aplicação de recursos são insuficientes para caracterizar uma alteração da função política deste setor. Enquanto não se ampliar efetivamente a participação dos envolvidos nas esferas de decisão, de planejamento e de execução da política educacional, estaremos alcançando índices positivos quanto à avaliação dos resultados de programas da política educacional, mas não quanto à avaliação política da educação.

Se a educação é um direito de todos, então “todos” deveriam participar e fiscalizar as tomadas de decisões referentes a ela, identificando os problemas e propondo as devidas soluções, pois desta maneira os problemas seriam tratados de forma democrática, deixando de atender a interesses políticos e passando a ser o foco de políticas educativas que realmente funcionem e supra a necessidade dos profissionais da educação, da instituição e da sociedade em si, que é formada a



partir do que as instituições de ensino oferecem, trazendo melhorias significativas e o fortalecimento de uma educação de qualidade.

Podemos perceber que está ocorrendo um esvaziamento nas escolas públicas, pois as mesmas vem sendo desvalorizadas e desacreditadas. Cada vez surgem mais parcerias público-privado, este termo, parceria público-privado que utilizamos é o que foi adotado por Bezerra (2008, p. 62-63):

(...) A expressão parceria público-privada (...) implica também na capacidade de intervenção que o setor privado passa a dispor junto à administração pública, por meio da assunção total ou parcial de responsabilidades até então atribuídas ao poder público em sua totalidade.

As parcerias entre governo (estadual/federal) e o setor privado cresceu muito nos últimos anos, em vez de se investir nas escolas e universidades públicas surgem cada vez mais programas e incentivos que dão descontos, isentam ou até mesmo “emprestam”, e estão levando os alunos para instituições privadas, alguns exemplos destes são: Educa Mais Brasil, FIES, PROUNI. O que realmente necessitamos é que se invistam na Educação Pública, com o intuito de melhorar a mesma.

Considerações Finais

Como foi visto, podemos constatar que a política tem total controle sob o currículo como também da educação aqui no Brasil, através da legislação, como também que estas estão sempre buscando se atualizar, tendo em vista que estamos em constante mudança, mas por outro lado essas modificações que vem sendo propostas nem sempre estão de acordo com as necessidades das instituições públicas, é mais fácil para as escolas privadas cumprir com as propostas curriculares do que as escolas públicas, mas isso não quer dizer que as escolas privadas as cumprem. E que além de todos estes, mesmo com todas essas políticas educacionais que estão sendo implementadas, essas propostas e inovações cada vez mais está ocorrendo a privatização e precarização do ensino público.

Referências Bibliográficas

BEZERRA, E. **Parceria público-privada nos municípios de Brotas e Pirassununga: estratégias para a oferta do ensino? 2008**. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

HOFLING, Eloisa de Matos. **Estado e políticas (públicas) sociais**. 55. ed. São Paulo: Cadernos Cedes, novembro de 2001. p. 30-41.

LOPES, Alice Casimiro. Políticas Curriculares: continuidade ou mudanças de rumos?. **In: Revista Brasileira de Educação**. 26. Ed. Rio de Janeiro. Maio/ Junho/ Julho/ Agosto de 2014. p. 109-117.

MACEDO, Elizabeth. **Base nacional comum para currículos: direitos de aprendizagem e desenvolvimento para quem?**. 24. Ed. CAMPINAS: Educ. Soc., out-dez de 2015. 891-908 p. v. 36.

SAVIANI, Dermeval. **POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA: LIMITES E PERSPECTIVAS**. 24. ed. PUC- CAMPINAS: REVISTA DE EDUCAÇÃO, Campinas, junho de 2008. p. 7-16.